

AGV Solar IV Geradora de Energia S.A.

CNPJ nº 28.937.900/0001-89

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos aos exercícios findos em 31/12/18 e 2017. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

São Paulo, 09 de Abril de 2019

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Número disponível)	4	112	-	Fornecedores	6	8.376	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis		58	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		19	-
Outros créditos		11	-	Outros tributos a pagar		12	-
Total ativo circulante		181	-	Instrumentos financeiros derivativos		18	-
Não circulante				Total passivo circulante		8.425	-
Outros créditos		15	-	Patrimônio líquido			
Imobilizado, líquido	5	36.507	-	Capital social subscrito e integralizado	7	30.257	1
Intangível		95	-	Prejuízos acumulados	7	(1.884)	(1)
Total ativo não circulante		36.617	-	Total patrimônio líquido		28.373	-
Total do ativo		36.798	-	Total do passivo e patrimônio líquido		36.798	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital Social		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital subscrito	Capital a integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(1)	(1)
Aumento de capital		1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1	-	(1)	-
Prejuízo do exercício	7	-	-	(1.883)	(1.883)
Aumento de capital	7	99.000	(68.744)	-	30.256
Saldos em 31 de dezembro de 2018		99.001	(68.744)	(1.884)	28.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2017 e tem por objeto social de gerar e comercializar energia solar por meio de painéis fotovoltaicos na qualidade de Sociedade de Propósito Específico ("SPE") do projeto Água Vermelha IV, incluindo sua implementação e montagem. A Companhia é diretamente controlada pela AES Tietê Energia S.A. ("Tietê Energia") e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

A sede da Companhia está localizada na Rodovia Percy Waldir Semeguíni (SP 153), Fazenda São João, s/n, lote 04, Zona Sul, Distrito de Arabá, São Paulo e alteração do objeto social ao qual já se encontra descrito anteriormente.

Projeto Solar Água Vermelha

A Tietê Energia obteve no 25º Leilão de Energia Nova A-4/2017 ("Leilão A-4"), realizado no dia 18 de dezembro de 2017, o direito de comercializar, no mercado regulado, a energia a ser gerada por um complexo fotovoltaico com capacidade instalada de 94MWp (75 MWac), a ser construído no município de Ouroeste Estado de São Paulo ("Planta AGV Solar" ou "AGV Solar"), com entrada em operação estimada para meados de 2019. Os referidos contratos deste Leilão possuem vigência de 20 anos, Licença de Instalação ambiental emitida pela CETESB. A Companhia possui uma garantia física de 4,0 MWh de energia contratada por 20 anos, ao preço médio de R\$ 145,49/MWh, com reajuste anual pelo IPCA. O investimento total estimado para a construção é de aproximadamente R\$ 61 milhões, com início do desembolso em meados de 2019. Atualmente a Companhia encontra-se na etapa de apresentação da Garantia do Fiel de Cumprimento, condição precedente para a emissão da Outorga e consequentemente a assinatura da CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado). A Companhia pretende se beneficiar da antecipação da entrada em operação comercial de AGV Solar em meados de 2019 e, utilizando sua plataforma de comercialização, a energia produzida será alocada no mercado livre de fonte incentivada até a data da entrada em vigor do contrato outorgado, firmado para janeiro de 2021. A planta solar possui outorga de operação de 35 anos.

Parque Gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação da portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada	Garantia física
AGV IV	LEN 04/2017	244/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	15	4

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 9 de abril de 2019, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.2. Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía qualquer tipo de operação. Caso a Companhia inicie suas operações e seja identificada necessidade de caixa, deverá contar com o aporte de recursos por parte de suas sócias quotistas. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos Financeiros

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo". O caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

(b) **Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**
A Companhia classifica fornecedores como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

3.2. Imobilizado

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e

condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos com juros de empréstimos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente.

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgá-las adequadas e que refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade dos valores, pois a depreciação será limitada ao prazo de autorização, ou ao longo da vida útil estimada dos ativos, dos dois o menor.

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A premissa adotada pela Companhia é revisada periodicamente no curso ordinário dos negócios. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

3.4. Novos pronunciamentos em vigor em 01 de janeiro de 2018

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

3.5. Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17. A Companhia adotará o método retrospectivo modificado, sem reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

A Companhia incluiu um contrato de aluguel de terreno no escopo de reconhecimento e mensuração. Para esse arrendamento, a Companhia passará a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecerá um custo de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para definição do contrato a ser avaliado, a Companhia empregou os seguintes julgamentos: (i) contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses; (ii) contratos de arrendamento de valor relevante.

Para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se a uma taxa de desconto de 14,85% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor. A Companhia espera reconhecer na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, em 1º de janeiro de 2019, no montante de R\$ 1.543, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	2018	2017
Custos operacionais			
Custo de Operação			
Outras despesas operacionais		(11)	(1)
Serviços de terceiros		(2)	-
Total dos custos operacionais		(13)	(1)
Lucro bruto		(13)	(1)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	8	259	-
Despesas financeiras	8	(3)	-
Marcação a mercado do NDF	8	(2.052)	-
Total do resultado financeiro		(1.796)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(1.809)	(1)
Contribuição social	9	(23)	-
Imposto de renda	9	(51)	-
total dos tributos sobre o lucro	9	(74)	-
Prejuízo Líquido do Exercício		(1.883)	(1)
Quantidade ações ON		99.001	1
Resultado por ação - Básico e diluído - em Reais		(19,020)	(1,000,000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
Prejuízo líquido do exercício	(1.883)	(1)
Total dos resultados abrangentes, líquido de impostos	(1.883)	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.883)	-
Ajustes para conciliar o lucro líquido do semestre com o caixa das atividades operacionais		
Marcação a mercado do NDF	2.052	-
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(259)	-
Aumento/redução dos ativos e passivos	2	-
	88	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(55)	-
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	259	-
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	116	-
Atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(28.226)	-
Derivativos NDF	(2.034)	-
Aplicações em investimentos de curto prazo	(10.000)	-
Resgates de investimentos de curto prazo	9.999	-
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos	(30.261)	-
Atividades de financiamentos:		
Aumento de Capital	30.256	-
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	112	-
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	112	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totaliza R\$112 de numerários disponíveis, em 31 de dezembro de 2018.

5. IMOBILIZADO

Refere-se a imobilização em curso referente à construção do complexo, além de gastos com modernização de algumas unidades geradoras. Durante o exercício de 2018, houve uma adição de R\$36.507 no referido em curso.

6. FORNECEDOR

Os saldos de fornecedores no montante de R\$8.376, em 31 de dezembro de 2018, referem-se, principalmente, a valores a pagar a serviços de desembaraço aduaneiro.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 99.001, o qual está representado por 99.001 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 2018, uma parcela de R\$30.257 foi integralizada em moeda corrente, sendo que R\$10.035 em junho de 2018, R\$14.580 em outubro de 2018 e R\$ 5.640 em dezembro, efetuados pela AES Tietê Energia S.A. Restando um saldo a integralizar de R\$ 68.744.

8. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras referem-se às receitas com aplicações financeiras. As despesas financeiras referem-se ao IOF sobre operações financeiras. As variações cambiais referem-se à marcação a mercado do NDF, contratado com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra futura de painéis solares fotovoltaicos e inversores para AGV VI, em 2018, a Companhia contratou operações de NDF, com contrapartes diferentes. Os derivativos foram inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e foram posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social dos Complexos AGV é feita com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A Companhia espera continuar com a adoção deste regime para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

DIRETORIA

Ítalo Tadeu de Carvalho Filho
Diretor

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretor

Anderson de Oliveira
Diretor

CONTADOR

Hugo Satour Nagae
CRC 1SP329701/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A.
São Paulo - SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de abril de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Marcos Antonio Quintanilha
Contador - CRC - 1SP132776/O-6

